

**CONCILIAÇÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA: ELEIÇÕES  
MAJORITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE-CE (1988-2016)**

Ercílio Henrique de Lima Gadelha  
Mestrando UFCG  
E-mail: [henrique-gadelha@hotmail.com](mailto:henrique-gadelha@hotmail.com)

**RESUMO**

O objetivo desse artigo é problematizar os acordos de características conciliatórias efetivados entre as lideranças políticas do município de Limoeiro do Norte-CE, durante as eleições para a escolha do representante do poder executivo municipal, ocorridas no período compreendido pelos anos de 1988 a 2016. Para analisarmos tais acordos, contamos com informações do TRE-CE – Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, correspondente aos componentes (candidatos e partidos) e resultados das eleições estudadas; com livros memorialísticos; com o jornal Folha do Vale; bem como de uma entrevista com o ex-prefeito João Dilmar da Silva, realizada pela TV Jaguar. Essas fontes nos proporcionam entender o caráter desses acordos, como estratégias realizadas em cada conjuntura política eleitoral, possíveis pela característica dirigente de seus atores, que são opostos na disputa, porém socialmente semelhantes, ou seja, não apresentam conflitos antagônicos, de classe. Também proporcionam perceber as práticas de fidelidade entre os “novos” postulantes ao poder executivo municipal e as lideranças tradicionais, locais e estaduais. Como referencial teórico-metodológico, a pesquisa privilegia os estudos do italiano Antonio Gramsci, bem como do historiador brasileiro Rodrigo Patto Sá Motta.

**PALAVRAS CHAVE:** Limoeiro do Norte. Eleições. Conciliação.

**INTRODUÇÃO**

Apesar das mudanças na estrutura política brasileira que ao longo da história da nação aparecem legitimadas por elementos capazes de atribuir visualidade a uma possível ruptura, Rodrigo Patto Sá Motta (2014) entende que há uma larga tradição conciliatória no Brasil como aspecto-chave da cultura política brasileira, processos em que o novo negocia com o velho, chamados pelo autor de “arte de fazer mudanças conservando”. Segundo o autor assim procedeu na transição pós-autoritária com a segunda redemocratização do país, quando “[...] a anistia significou realmente esquecimento e perdão, com inúmeros ex-apoiadores do regime militar mantidos no poder.” (MOTTA, 2014, p.14)

Tomemos o “esquecimento e perdão” como procedimento institucionalizado pelo Estado, o que não significou de forma alguma que a sociedade civil brasileira consentiu

com tal processo. Fato é que membros do governo autoritário continuaram com seus comandos políticos mesmo após a redemocratização, o que nos faz repensar a natureza dessas mudanças, no que diz respeito aos grupos dirigentes<sup>1</sup>. Isso não quer dizer que o processo de abertura política não proporcionou mudanças e transições dentro desses grupos, mas que de forma alguma significou de fato rupturas antagônicas com a elite política do período autoritário.<sup>2</sup>

No município de Limoeiro do Norte, nomes como José de Oliveira Bandeira, João Dilmar da Silva, Paulo Carlos Silva Duarte, José Maria de Oliveira Lucena e Maria Arivan de Holanda Lucena, que marcaram o período democrático limoeirense a partir de 1988 (e ainda marcam, com exceção do primeiro já falecido), surgiram como postulantes aos cargos de representação política em Limoeiro do Norte através de suas práticas de fidelidades para com os grupos políticos mais tradicionais (como o coronel Manuel de Castro, e as famílias Holanda, Oliveira e Chaves), como o próprio João Dilmar falou no ano de 2013, em entrevista para a TV Jaguar de Limoeiro do Norte: “[...] fui chamado aqui pelo ex-governador Manuel de Castro para ser candidato a vice-prefeito, em 1982 [...]”.<sup>3</sup>

Entre os coronéis, Manuel de Castro era o de maior atuação na região jaguaribana (região em que Limoeiro do Norte faz parte). Segundo Aroldo Mota (2010, p. 139), nessa região, Manuel de Castro participava de comícios e carreatas, e visitava uma a uma, suas cidades. Especificamente em Limoeiro do Norte, teve forte interferência no que diz respeito a escolha de seus prefeitos, uma vez que lutou pelas candidaturas dos seguintes nomes, os quais tiveram sucesso nas eleições: Sabino Roberto em 1954; Pedro Alves Filho em 1962; Evaldo Holanda em 1964 e 1976; Antônio Holanda em 1972 e José de Oliveira Bandeira (o Careca) em 1982.

---

<sup>1</sup> Entendo a noção de grupos dirigentes a partir de Gramsci (2001), como sendo grupos restritos que determinam atividades econômicas, políticas e culturais de uma massa social, em instancias diretivas, seja a partir do poder de coerção estatal, ou nos diferentes campos de direção social.

<sup>2</sup> É preciso que atentemos para a diferença entre grupos de oposição e grupos antagônicos, uma vez que meras oposições são relações opostas entre grupos de poder social semelhante, e “[...] a noção de antagonismo se refere a forças estruturais de dominação, em que as relações assimétricas de poder existem em locais de conflito.” Ou seja, as relações são dadas em termos de poder social desigual. (KELLNER, 2001, p. 48)

<sup>3</sup> Ex-prefeito Dilmar disse que acordo com Paulo Duarte só em outra encarnação parte 2. Limoeiro do Norte: Tv Jaguar, 2013. (20:45 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=431SvhaU6XU&list=PL1dol9eEcbHFbwAnBxOnUJJUuFMIRVM TA&index=17>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

O professor Antônio Pergentino Nunes, que teve João Dilmar como aluno quando lecionava no Colégio Diocesano de Limoeiro do Norte, traz, em sua autobiografia intitulada *Minha Vida... Minha Luta*, indícios importantes sobre as peculiaridades da política local, no que diz respeito as práticas de fidelidade nas relações de conciliação que o poder dirigente a nível estadual precisa estabelecer:

Introduzi César Neto na política de Limoeiro, chegando o mesmo a obter cinco mil votos naquele município para deputado federal. Depois foi a vez de Marcos Cals, também muito votado em Limoeiro, para deputado estadual. O próprio Cel, César Cals, tinha uma atenção toda especial a minha pessoa. (NUNES, 1999, p. 207)

No trecho acima, Pergentino fala do período em que esteve como chefe do escritório regional do Governo do Estado do Ceará na região jaguaribana (1972-1982), função que exerceu por nomeação do próprio Coronel e então governador César Cals. Quero chamar atenção aqui para o fato de que até mesmo os coronéis cearenses precisavam de lideranças locais para iniciar seus parentes<sup>4</sup> na política municipal, ninguém iniciava nesse meio sem uma espécie de “padrinho” que lhe apresentasse para a sociedade.

Quando falamos na política estadual cearense, no que diz respeito aos grupos dirigentes no período de redemocratização, Linda Gondim (2000, p. 413-418) explica que um grupo de jovens empresários<sup>5</sup>, de visuais e ideias modernas, ascendeu na política cearense em meados da década de 1980, representando um rompimento com a política dos “coronéis”; Adalberto Bezerra, Cesar Carls e Virgílio Távora. Visto como responsável por uma intensa mudança na industrialização do Estado, o primeiro governo de Tasso Jereissati (1987-1991)<sup>6</sup> é o primeiro dos chamados “governos das mudanças”, representando um grande salto desenvolvimentista, embora o primeiro governo de Virgílio Távora (1963-1966) tenha sido responsável por criar as bases desse processo de industrialização.

---

<sup>4</sup> Ambos César Neto e Marcos Cals, mencionados por Pergentino, são filhos do ex-governador e já falecido César Cals.

<sup>5</sup> Foram/são esses empresários; Benedito (Beni) Veras, Amarílio Macedo, Tasso Jereissati, Sérgio Machado, Assis Machado Neto e Ciro Gomes.

<sup>6</sup> Tasso Jereissati voltou a ser governador no período de 1995 a 2002. O mesmo assumiu o mandato de senador pelo Estado do Ceará entre os anos de 2003-2011, 2015-.

Tal mudança, representada pelo rompimento com a política dos “coronéis”, quando vista por outra ótica, pode saltar aos olhos uma certa conservação de um poder já consolidado, uma vez que Tasso “não caiu de paraquedas” no poder estadual. O mesmo vem de uma família consolidada na classe dirigente cearense, tendo como pai o empresário e também político Carlos Jereissati<sup>7</sup>, que chegou a assumir os cargos de deputado federal (1955-1963) e senador (1963), pelo PTB. Assim, evidentemente, ocorre mudanças em relação aos grupos por traz do poder executivo do Estado do Ceará, mas que não representam rupturas antagônicas com o poder dirigente, uma vez que a família Jereissati já fazia parte do mesmo.

Depois de chamado atenção para algumas relações conciliatórias entre o “novo” e o “tradicional”<sup>8</sup>, bem como entre o “estadual” e o “local” no que diz respeito a política do município de Limoeiro do Norte e a do Estado do Ceará na transição pós-autoritária, as próximas páginas são organizadas em torno das eleições para prefeito de Limoeiro do Norte ocorridas no período da chamada Nova República, correspondente aos anos de 1988 a 2016, com o objetivo de problematizar as relações de conciliação como estratégias políticas praticadas pelos sujeitos envolvidos nessas eleições.

## **ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE-CE APÓS O INÍCIO DA CHAMADA “NOVA REPÚBLICA”**

Em 1988, ano em que ocorre a primeira eleição para prefeito do município de Limoeiro do Norte após o início da chamada Nova República (1985), inaugurada com o fim do mandato do último presidente militar, o general João Batista de Oliveira Figueiredo, e a conseqüente posse de José Sarney como Presidente da República<sup>9</sup>, não

---

<sup>7</sup> Carlos Jereissati faleceu no ano de 1963, pouco tempo depois de assumir o cargo de senador.

<sup>8</sup> As categorias “novo” e “tradicional” aqui colocadas, foram apresentadas sempre em aspas uma vez que estão como meros indicativos das situações tradicionais ou emergenciais dos sujeitos da pesquisa, no que diz respeito às suas inserções diretas em cada conjuntura política e social abordada. Pois, tal dicotomia não seria válida no sentido amplo do termo, já que as culturas políticas, como toda forma de cultura, estão sempre envolvidas pelas contradições dos conflitos sociais entre dominadores e dominados, podendo ser encontrado nas identidades sociais dos indivíduos uma certa ambigüidade, ou seja, “[...] identidades que se alternam, uma deferente, a outra rebelde.” (THOMPSON, 1998)

<sup>9</sup> José Sarney foi eleito Vice-Presidente pelo PMDB, na chapa que tinha Tancredo Neves como Presidente, tendo ambos sido eleitos de forma indireta, em votação realizada no Congresso Nacional em 15 de janeiro de 1985. Acontece que, passados pouco mais de três meses de sua eleição, Tancredo Neves, depois de 38 dias internado no Instituto do Coração na cidade de São Paulo, teve, em 21 de abril de 1985, sua morte

apresenta mudanças opositoras no que diz respeito àqueles que detiveram o poder da máquina municipal limoeirense nos últimos 6 anos, uma vez que João Dilmar<sup>10</sup> foi o prefeito eleito em 1988 pelo PDS, e que, como foi dito acima, já fazia parte do grupo gestor da prefeitura municipal na condição de vice-prefeito, eleito em 1982 juntamente com o prefeito José de Oliveira Bandeira<sup>11</sup>.

Quando partimos para analisar a composição dos vereadores limoeirenses, é evidente que o retorno do pluripartidarismo, aprovado desde 1979, ocasionou uma série de efeitos para as eleições de 1988, os quais significou complicações inexistentes em relação as eleições de 1982, para aqueles que já conservavam lugar na câmara municipal. O relato de Antônio Pergentino<sup>12</sup> contribui para esclarecer algumas destas complicações:

Aproximou-se o final do mandato e com ele as eleições de 1988. Era desejo meu não mais concorrer as eleições, porém ocorreu que a escolha do candidato a prefeito recaiu na pessoa de um ex-aluno meu e grande amigo, Dr. João Dilmar da Silva, que fez uma certa exigência para que eu disputasse novamente a vereança. Muitos obstáculos se apresentavam para essa minha nova disputa. Vários partidos se organizaram na cidade e lançaram um número enorme de candidatos, mudando por completo o ritual numérico das eleições passadas. O número de novos candidatos atingiu a cifra de cento e sete, dificultando de muito o remanejamento do eleitorado. Cada setor da zona rural apresentou dois ou três candidatos e a cidade, por sua vez, apresentou muito candidatos de ambos os sexos. As dificuldades se avolumavam de tal modo para mim, que, num levantamento feito, encontrei o elevado número de candidatos de famílias que votaram comigo em outras eleições. Neste elenco de novos candidatos, estava um sobrinho legítimo. (NUNES, 1999, p. 238-239)

Apesar das dificuldades impostas pelo pluripartidarismo relatadas por Pergentino, o mesmo fora novamente eleito ao cargo de vereador em 1988. Em um total de dezenove eleitos, treze, incluindo Pergentino, faziam parte do mesmo partido de João Dilmar, o PDS. Pergentino conta ainda que foi o menos votado de seu partido, contudo, obteve mais

---

anunciada pelo secretário de imprensa da Presidência da República, o jornalista Antônio Britto. No dia seguinte, 22 de abril, o então vice-presidente José Sarney, que assumia interinamente o cargo de presidente, passou a ser, de fato, Presidente da República, garantindo, assim, a continuidade do governo civil depois do fim do regime militar levado ao poder pelo golpe civil-militar de 1964.

<sup>10</sup> João Dilmar da Silva nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 04 de abril de 1950. Possui formação em Odontologia, e, atualmente, ocupa o cargo de vice-prefeito de Limoeiro do Norte, eleito no ano de 2016.

<sup>11</sup> José de Oliveira Bandeira, conhecido popularmente como Careca, disputou quatro eleições para prefeito de Limoeiro do Norte, sendo elas: 1976, 1982, 1992, 1996, destas, saiu vitorioso em duas delas, 1982, e em 1996. O político faleceu aos 81 anos no dia 24 de agosto de 2010.

<sup>12</sup> Nas eleições de 1988, Pergentino concorria ao seu quarto mandato como vereador.

votos do que qualquer um dos candidatos dos demais partidos, PT, PTB, PDT e PMDB (NUNES, 1999, p. 239). Com isso, algumas transformações ocorreram com a dinâmica política das eleições municipais de 1988, sobretudo no que diz respeito a possibilidade de novos sujeitos disputarem as eleições, porém, não podemos de forma alguma falar que significou uma ruptura com os grupos da ordem vigente na câmara dos vereadores.

As eleições de 1992 trouxe elementos peculiares para a política limoeirense, uma vez que a vitória de Ademar Celedônio Guimarães<sup>13</sup> e Reuber Tadeu Vieira e Silva<sup>14</sup>, respectivamente, como prefeito e vice-prefeito, significou o primeiro e único mandato do PSDB no município até hoje. No entanto, o partido obteve outras conquistas na gestão do município através de coligações a qual o mesmo somava. As demais candidaturas para o cargo de prefeito e vice-prefeito nessa eleição foram; José de Oliveira Bandeira e Sebastião Maia de Andrade, pelo PDS; Pedro Julião Bandeira Regis e Lindenor Andrade Maia, pelo PDT.

Depois de 1988, João Dilmar voltou a concorrer para o cargo de prefeito de Limoeiro do Norte no pleito eleitoral de 1996, contudo, nesta oportunidade, concorrendo pelo PSDB, João Dilmar teve como um de seus adversários políticos José de Oliveira Bandeira (Careca), o mesmo que fora seu aliado de chapa nas eleições de 1982 pelo PDS<sup>15</sup>. Na ocasião, Careca acabou assumindo a gestão.

É importante ressaltar que, bem como ocorreu com Dilmar e Careca, em relação a sua aliança de 1982 e a sua oposição em 1996, ocorreu com Dilmar e Pedro Julião Bandeira Regis<sup>16</sup>. Julião foi eleito juntamente com Dilmar em 1988, respectivamente, como vice-prefeito e prefeito, mas na eleição de 1996 era oposição, concorrendo para o cargo de prefeito.

Com o fim do seu mandato (1997-2000), embora pudesse se candidatar à reeleição, Careca não foi o escolhido do PSDB para disputar as eleições do ano 2000, que

---

<sup>13</sup> Ademar Celedônio Guimarães; nasceu em 05 de abril de 1949, no município de Limoeiro do Norte-CE. Antes de assumir a prefeitura no ano de 1993, o mesmo havia ocupado por três vezes a posição de vereador durante o período de 1982 a 1992. Ademar faleceu no dia 04 de fevereiro de 2012.

<sup>14</sup> Reuber Tadeu Vieira e Silva; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 28 de outubro de 1955. Possui formação em medicina.

<sup>15</sup> Partido Democrático Social – Partido criado em 31 de janeiro de 1980 e extinto em 04 de abril de 1993. O mesmo sobreveio do ARENA, partido que dava sustentação para a Ditadura Militar, a qual foi extinto em novembro de 1979.

<sup>16</sup> Pedro Julião Bandeira Regis; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 03 de junho de 1952. Ocupação: agricultor.

indicou Paulo Duarte como nome do partido, tendo o mesmo recebido, durante sua campanha, o apoio do então administrador municipal. Paulo Duarte não era um rosto estranho para os Limoienses, embora concorresse a sua primeira eleição para o cargo de prefeito do município. O mesmo ocupava o posto de Deputado Estadual, cargo para qual foi eleito três vezes seguida; 1990, pelo PDC; 1994, pelo PSDB; e 1998, também pelo PSDB. Além disso, já havia sido secretário de segurança pública do Estado do Ceará, durante o governo de Tasso Jereissati (1987-1990).

Na disputa eleitoral do ano 2000, os partidos, com suas respectivas coligações, apresentaram as seguintes composições para os cargos de prefeito e vice-prefeito: PSDB - Paulo Carlos Silva Duarte e Lindenor Andrade Maia; PSD<sup>17</sup> - Maria Arivan de Holanda Lucena e Lauro Rebouças Filho (Laurinho); PPS - João Dilmar da Silva e Reuber Tadeu Vieira e Silva. Se no pleito eleitoral de 1996 Reuber Tadeu fez oposição a Dilmar como candidato ao cargo de prefeito, no ano 2000 ocorreu uma aliança entre as partes.

Maria Arivan de Holanda Lucena<sup>18</sup> ganhou a disputa eleitoral de 2000 como candidata do PSD, mas já havia concorrido a um cargo na administração municipal ao lado de seu companheiro de chapa Laurinho<sup>19</sup> em 1996, contudo, como candidata a vice-prefeita, e Laurinho como cabeça de chapa.

Assim como João Dilmar e José de Oliveira Bandeira que receberam compadrio da influência de Manuel de Castro, dentre os que foram eleitos para o cargo de prefeito de Limoeiro do Norte pós-redemocratização, José Maria Lucena<sup>20</sup> e sua esposa Arivan Lucena também compartilharam dessa influência. Maria Arivan de Holanda Lucena

---

<sup>17</sup> Partido Social Democrático – Partido criado em 17 de julho de 1945 e extinto no período da ditadura militar em 27 de outubro de 1965. O partido foi novamente criado em 1987, sendo extinto pela segunda vez, em 2003, deixando ramificações.

<sup>18</sup> Maria Arivan de Holanda Lucena nasceu no dia 05 de agosto de 1950, na região que hoje corresponde ao município de Tabuleiro do Norte-CE [nesse período Tabuleiro ainda era distrito de Limoeiro do Norte. Só em setembro de 1957 conquistou sua emancipação política. Em 1950 chamava-se Ibicuipeba. Só a partir de 1951 passou a se chamar Tabuleiro do Norte]. Servidora pública civil aposentada, Arivan Lucena, atualmente, exerce o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social e de Políticas Públicas para Mulheres, Crianças e Adolescentes e Pessoas com Deficiência, no município de Limoeiro do Norte-CE.

<sup>19</sup> Lauro Rebouças Filho; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 07 de julho de 1948. Servidor público aposentado.

<sup>20</sup> José Maria de Oliveira Lucena; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 01 de julho de 1945. Desembargador Federal aposentado. O mesmo tem como nome de urna Dr. Zé Maria e atualmente ocupa o cargo de prefeito do município de Limoeiro do Norte, o qual foi eleito para o cargo no ano de 2016 pelo partido PMDB, em uma coligação PMDB, PMB, PV, PSD, PT do B, PROS e PTN. Com o seguinte slogan – Unidos Por Limoeiro.

apresentava-se nas eleições do ano 2000, concorrendo para o cargo de prefeita de Limoeiro do Norte, como uma liderança ambivalente. Apenas o fato de ser mulher, tornando-se a primeira mulher prefeita de Limoeiro do Norte (2000), já lhe foi conferida característica de rompimento com a política tradicional<sup>21</sup>, contudo, a força da família Holanda, bem como a influência de seu marido, o desembargador aposentado José Maria de Oliveira Lucena, que assumiu cargos importantes, como Assessor da Vice-Governadoria do Estado do Ceará - 1981/1982; Secretário para Assuntos da Casa Civil e Secretário de Administração do Governo do Estado do Ceará durante a gestão de Manuel de Castro (1982-1983)<sup>22</sup>; além de assumir, por diversas vezes, a posição de Juiz Federal; lhes conferem status tradicionais no que diz respeito a suas práticas de fidelidade.

Contrariando o que foi dito até aqui, o Limoeirense Lauro de Oliveira Lima, em seu livro *Na ribeira do rio das onças*, chegou a afirmar que, “os dois caciques da política de Limoeiro, Manuel de Castro Filho, (herdeiro dos Oliveira) e Frânklin, (representante dos Chaves), envelhecidos, emigram para Fortaleza, sem deixar herdeiros políticos, em Limoeiro.” (1997, p. 328). Como vimos, pelo menos no que se refere a Manuel de Castro, o mesmo deixou representantes que ainda exercem comando na política limoeirense, inclusive ocupando os cargos de prefeito e vice-prefeito, respectivamente, José Maria Lucena e João Dilmar, tendo sido eleitos em 2016, ano da última eleição ocorrida até o início desse trabalho.

As eleições de 2004 talvez seja uma das mais emblemáticas para o estudo do caráter conciliador em Limoeiro do Norte. Foi chamada por mim de “uma aliança para vitória” em minha monografia apresentada no ano de 2018, como requisito para conclusão do curso de graduação em História pela FAFIDAM/UECE. Uma vez que, tomando como base o resultado da eleição anterior, que terminou com a vitória de Arivan Lucena, algumas figuras da cena política local mudaram suas redes de apoio conforme a

---

<sup>21</sup> Importante lembrar que outras mulheres já haviam conquistado seu espaço no grupo dirigente da política do município de Limoeiro do Norte, como a senhora Maria de Lourdes Freitas Pinheiro, filha do ex-prefeito Sabino Roberto de Freitas, que foi eleita como a primeira vereadora do município no período de 1963 a 1967 (LIMA, 2008, p. 43). Bem como a senhora Judite Chaves Saraiva que, segundo Antônio Pergentino Nunes, “[...] comandou por mais de meio século um grupo político em Limoeiro do Norte, chegando a ocupar a presidência local da ARENA.” (1999, p. 223)

<sup>22</sup> Manuel de Castro chegou a governadoria do Estado do Ceará como substituto de Virgílio Távora, afastado para concorrer ao cargo de senador, que na ocasião acabou assumindo pela segunda vez o cargo.

conveniência da conjuntura, formando-se novos acordos de poder para as eleições de 2004. Queremos crer que, ao analisarem a acirrada disputa da eleição de 2000, João Dilmar da Silva e Paulo Duarte compreenderam que uma coligação entre os dois, resultaria numa forte candidatura capaz de derrotar Arivan Lucena, então prefeita concorrendo a reeleição. O resultado da eleição revelou que a análise da conjuntura política, feita pelos grupos liderados por João Dilmar e Paulo Duarte, fora bem articulada, pois Arivan Lucena fora derrotada com uma diferença de quase 10.000 votos.

O acordo entre as lideranças, João Dilmar e Paulo Duarte, estabelecia o primeiro como candidato ao cargo de prefeito, enquanto o segundo teria, em troca de seu apoio, a indicação do nome de sua irmã, a senhora Elizete Duarte<sup>23</sup>, como candidata a vice-prefeita representando o partido PSDB. Assim, com uma expressiva vitória, João Dilmar fora eleito Prefeito Municipal de Limoeiro do Norte pelo PPS, enquanto Elizete Duarte, irmã de Paulo, assumiu o cargo de vice-prefeita.

Nesse momento, Arivan Lucena formou chapa com Pedro Julião (o mesmo que no ano de 1988 foi eleito vice-prefeito de João Dilmar), candidato a vice-prefeito pelo partido PP, apoiados por uma grande coligação partidária composta pelo PR, PP, PL, PSDC, PSC, PC do B e PHS. Na ocasião, a chapa obteve 8.987 votos.

Outra candidatura, pouco expressiva em número de votos, mais importante no cenário político local, foi a de Lauro Rebouças Filho, popularmente conhecido por Laurinho. Candidato pelo PSB, Laurinho obteve 2.479 votos na eleição de 2004. Devo ressaltar que o referido candidato era, à época, vice-prefeito na gestão da prefeita Arivan Lucena, ou seja, houve uma dissolução da chapa vitoriosa nas eleições de 2000, embora o mandato de ambos ainda estivesse em curso. Na sua nova composição política, Laurinho formou chapa com Lindenor Andrade Maia<sup>24</sup>, candidato a vice-prefeito pelo PMDB, este que em 2000 concorreu como candidato a vice-prefeito ao lado de Paulo Duarte. Dessa

---

<sup>23</sup> Elizete Silva Duarte; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 22 de março de 1966. A mesma já havia sido eleita vice-prefeita em 1996, com o igualmente eleito para o cargo de prefeito, José de Oliveira Bandeira. Ocupação: professora.

<sup>24</sup> Lindenor Andrade Maia; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 16 de fevereiro de 1953. Possui formação em medicina.

forma, em seus votos podem estar presentes alguns dos 814 votos que Arivan Lucena teve a menos em relação as eleições de 2000.

A quarta campanha que movimentou as ruas e praças da cidade de Limoeiro do Norte, além da zona rural do município, foi a de Luis Mendes de Sousa Andrade,<sup>25</sup> candidato a prefeito pelo PV, tendo como candidato a vice-prefeito Raimundo Aurizé Nonato Freire,<sup>26</sup> pela mesma legenda partidária, em uma coligação PV/PSL, a qual obteve 408 votos.

No pleito eleitoral de 2008, foram apresentados os mesmos candidatos a prefeito da eleição de 2000. Arivan Lucena ratificou seu perfil de candidata bem votada, tendo obtido um considerável número de votos, num total de 9.583, apenas 218 votos a menos do que obtivera no pleito do ano 2000, tendo se sobressaído se comparado a disputa eleitoral de 2004 quando atingiu a marca de 8.987 votos. Contudo, seus adversários políticos tiveram um considerável aumento de votos nas urnas: Paulo Duarte obteve 11.127 votos, 2.116 votos a mais que em 2000, e, João Dilmar alcançou 12.730 votos, 3.481 a mais que nas eleições de 2000.

No que diz respeito à estrutura das chapas concorrentes, no pleito de 2008, Arivan Lucena continuou como candidata do PR, mesmo partido da eleição de 2004, tendo como candidato à vice-prefeito Jerônimo Osterne<sup>27</sup> do PDT, apoiados, apenas, pelo PRTB.

Assim como Arivan Lucena, Paulo Duarte não mudou de partido ao concorrer nas eleições de 2008, continuando com o PSDB, mesmo partido que lhe servia de legenda desde as eleições de 2000. O candidato ao cargo de vice-prefeito fora o radialista Francisco Rosálio Lopes Daniel,<sup>28</sup> o qual iniciara sua carreira política na eleição em questão.

---

<sup>25</sup> Luis Mendes de Sousa Andrade; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 07 de setembro de 1954. O mesmo é empresário.

<sup>26</sup> Raimundo Aurizé Nonato Freire; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 17 de março de 1956. O mesmo é empresário.

<sup>27</sup> Jerônimo de Oliveira Osterne; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 03 de agosto de 1959. Ocupação: servidor público federal.

<sup>28</sup> Francisco Rosalio Lopes Daniel; nasceu no município de Senador Pompeu-CE, no dia 04 de setembro de 1968. Ocupação: locutor e comentarista de rádio.

João Dilmar filiou-se ao PRB, tendo Nonato Pinheiro<sup>29</sup> como candidato ao cargo de vice-prefeito pelo PT, ambos apoiados por uma ampla coligação composta pelos partidos PSL, PTB, PMDB, PV, PSC, PSB, PP e PHS, os quais endossava o slogan “Todos Por Limoeiro”.

Embora os candidatos Paulo Duarte, Arivan Lucena e João Dilmar tenham polarizado a campanha política nas eleições de 2008, o referido pleito apresentou, ainda, uma quarta candidatura, a de José Maria de Andrade,<sup>30</sup> candidato pelo PSTU. Zé Maria, como é popularmente conhecido, na disputa pela prefeitura municipal, formou chapa com Reginaldo Ferreira de Araújo,<sup>31</sup> candidato a vice-prefeito pelo mesmo partido, PSTU.

Na eleição de 2012, a principal mudança estava no fato do então prefeito João Dilmar não poder se candidatar, haja vista estar em seu segundo mandato consecutivo. Com vistas a dar “continuidade” à sua administração, indicou um candidato para apoiar e continuar, de alguma maneira, exercendo sua força política na prefeitura. O candidato escolhido para concorrer à sucessão de João Dilmar foi Maílson Cruz<sup>32</sup>, também filiado ao mesmo partido, PRB. A composição da chapa, teve como candidato a vice-prefeito Domingos Eduardo Bezerra Lins,<sup>33</sup> também filiado ao PRB. Apesar da chapa apresentar dois candidatos de um mesmo partido, a mesma foi apoiada por uma ampla coligação política constituída pelos seguintes partidos: PRB, PP, PSC, PHS, PTC, PV e PPL. A frente partidária tinha por slogan de campanha “Pra Fazer Mais e Melhor”.

Maílson Cruz apoiou João Dilmar durante sua vitória a vice-prefeito de Limoeiro do Norte em 1982, e posteriormente nas vitórias eleitorais ao cargo de prefeito do mesmo município, em 1988, 2004 e 2008. Apoiou também o candidato nas eleições de 2000, contudo, nessa ocasião o mesmo não se saiu vitorioso. Sua relação com Dilmar me parece

---

<sup>29</sup> Raimundo Nonato Pinheiro; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 04 de outubro de 1951. Ocupação: pecuarista.

<sup>30</sup> José Maria de Andrade; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 20 de janeiro de 1948. O mesmo é produtor agropecuário.

<sup>31</sup> Reginaldo Ferreira de Araújo; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 01 de setembro de 1973. Ocupação: professor.

<sup>32</sup> José Maílson Cruz; nasceu no município de Limoeiro de Norte-CE, no dia 12 de novembro de 1959. Possui formação superior em Engenharia Agrônoma, especialista e Mestre em Irrigação e Drenagem pela UFC. O mesmo iniciou sua trajetória político-partidária no ano de 1980.

<sup>33</sup> Domingos Eduardo Bezerra Lins; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 05 de julho de 1986. Possui formação em Direito.

ser uma via de mão dupla, pois, nesse novo pleito eleitoral do ano 2012, Maílson sai dos bastidores e se candidata a prefeito de Limoeiro do Norte-CE com o devido apoio de João Dilmar, visto que o mesmo não podia se reeleger, dessa forma os papéis se invertem.

Nessa eleição, Arivan Lucena mais uma vez apresentou-se candidata, entretanto, desta vez concorrendo pelo PSD<sup>34</sup>. O candidato a vice-prefeito, pelo PR, foi Carlos Eduardo Borges Evangelista,<sup>35</sup> conhecido por Caê Pessoa. Ambos os candidatos foram apoiados pela coligação formada pelos partidos PR, PRTB, PSD e PC do B.

No cenário da política municipal, o principal candidato para vencer as eleições de 2012, era Paulo Duarte, na sua terceira tentativa de chegar ao cargo de chefe do executivo municipal, como ocorrera nas eleições de 2000 e 2008, quando fora candidato pelo PSDB. Concorrendo novamente ao cargo de prefeito, desta vez Paulo Duarte teve por legenda partidária o DEM. O candidato a vice-prefeito foi José Marcos Castro Coelho,<sup>36</sup> então filiado ao PSB. A chapa composta pelos candidatos do DEM e do PSB foi a vencedora do pleito eleitoral de 2012, e contou, para isso, com o apoio do PMDB, PPS, PMN, PTB e PSDB.

Além das três principais candidaturas, considerando o percentual de votos obtidos, outras três, menos expressivas, também participaram das eleições de 2012, foram elas: Raimundo Nonato Pinheiro e Maria Lúcia de Sousa (PT); Reginaldo Ferreira e Zeuza Maria Freitas Lima (PSTU), Mirailson Meneses e José Wilker de Paiva Maciel (PT do B).

Na eleição de 2016, ganhou destaque o chamado “acordão histórico”, expressão que serviu de título para uma coluna do jornal Folha do Vale, na edição de nº 209, de março deste ano. A coluna foi escrita por Marcelo Castro, objetivando explicar um possível acordo que formaria uma chapa para disputar o cargo de prefeito de Limoeiro do Norte, onde envolveria várias lideranças, locais e estaduais. Segundo Marcelo,

---

<sup>34</sup> Lembrando que não é o mesmo PSD a qual Arivan era vinculada em 2000 quando venceu as eleições, aquele PSD foi extinto em 2003, sendo que este fora criado apenas em 2011, homenageando o antigo partido.

<sup>35</sup> Carlos Eduardo Borges Evangelista; nasceu no estado de Brasília, no dia 05 de janeiro de 1984.

<sup>36</sup> José Marcos Castro Coelho; nasceu no município de Limoeiro do Norte-CE, no dia 15 de fevereiro de 1964.

O desembargador José Maria Lucena recebeu, por meio do ex deputado Maílson Cruz (na manhã de 13 de dezembro último), o convite para ingressar nas fileiras do “Cidismo” e ser, conseqüentemente, o candidato a prefeito de Limoeiro com apoio do PDT e de seus respectivos líderes locais: Dilmar, Ariosto Holanda e do próprio Maílson. [...]. Essa articulação reflete a repactuação política entre Maílson e Dilmar, que andavam afastados desde o fim do pleito de 2012. Essa proposta de aliança mudaria por completo o quadro atual e satisfaria os interesses eleitorais de todos os envolvidos, senão vejamos: Ariosto reorganizaria suas bases e seu peso eleitoral em Limoeiro; Dilmar veria se consolidar um enorme bloco político capaz de sedimentar a derrota do atual prefeito Paulo Duarte (seu maior rival) e se projetaria no cenário regional em 2018, Maílson se reposicionaria no cenário político como habilidoso operador político (visto que é obra dele toda essa costura política aqui descrita) e poderia vir a ser, neste pacote, o próximo vice-prefeito ou mesmo voltar a Assembleia Legislativa. Já Zé Maria, além de se consolidar como franco favorito na disputa, também neutralizaria a intervenção do poder estadual (Camilo, Cid e Ciro) no pleito. [...]. No momento, Zé Maria estuda a proposta e consulta figuras de peso do seu grupo e lideranças regionais aliadas.

O acordo descrito pela Folha do Vale não só aconteceu, como levou José Maria Lucena a vitória na disputa pelo cargo de prefeito de Limoeiro do Norte, contando com uma ampla coligação formada pelos partidos PMDB, PMB, PV, PSD, PT do B, PROS e PTN. Contudo, diferentemente do que foi visualizado na publicação, Dilmar foi o escolhido para o lugar de vice-prefeito. Além de Zé Maria e João Dilmar, candidatos pelo PMDB em 2016, apresentaram-se as seguintes candidaturas: Paulo Duarte e Nice Cruz (DEM); Pedro Julião e Lidiana (PP); Anchieta Sousa e Persia Rebouças (PSL); Professor Hélio e Júlio Nogueira (PC do B); Edilson Santiago e Jocicleudo (PSB).

A aliança entre João Dilmar e José Maria Lucena (marido de Arivan Lucena), dentre outras lideranças locais como Maílson e Ariosto, e estaduais como Camilo, Cid e Ciro, foi ainda mais emblemática pelo fato de que juntos, Dilmar e Zé Maria, arranjaram sua campanha político-partidária com as cores amarelo e verde, dentre outros elementos visuais. Acontece, que o amarelo foi a cor central das campanhas de Dilmar em 2000, 2004 e 2008, e o verde a cor central das campanhas de Arivan em 2000, 2004, 2008 e 2012. Ou seja, foi uma aliança de poder econômico e social, como também de poder simbólico.

## **CONCLUSÃO**

Em relação aqueles que foram preferidos pelo menos uma vez nessa experiência democrática, podemos perceber diferentes alianças realizadas; Dilmar e Careca, 1982; Careca e Paulo, 2000; Paulo e Dilmar, 2004; e Dilmar e José Maria Lucena, 2016. Essas alianças chamam atenção sobretudo pelo seu caráter conjuntural, sua facilidade em conciliar e afrouxar os acordos dada a conjuntura política eleitoral. Essa característica conciliatória me parece ser um dos principais fatores que fizeram surgir retratos como “Ciclo de amigos”, expressão atribuída por Maurilo Freitas em 2009, que seria, segundo o memorialista, um ciclo iniciado com Careca em 1982.<sup>37</sup> O problema é: podemos dizer que essas estratégicas alianças, efetivadas a partir de uma leitura da conjuntura política eleitoral, são por isso determinadas tão somente pelas e nas próprias conjunturas?

O historiador René Rémond, em uma tentativa de mostrar os limites ou a ausência de limite *do político*, diz que “[...] o político é o lugar de gestão da sociedade global, ele dirige em parte as outras atividades; define seu *status*, regulamenta seu exercício. A lei proíbe, encoraja ou impede.” (2003, p. 447). Nestas circunstâncias *do político* apontada pelo autor, me parece possível afirmar a determinação das alianças tão somente pela conjuntura política. Contudo, corroborando com os estudos de Gramsci, entendo que o lugar de gestão da sociedade globalizada, ou seja, da massa social, é ocupado pela classe dirigente, pessoas reais, que por sua vez, podem exercer esse poder de direção para além do poder de coerção estatal, ou seja, desempenhando tal papel nos variados campos de direção social.

O autor segue dizendo que “entre outros fatores políticos que concorrem para moldar uma sociedade e influenciar o curso dos acontecimentos, estão as instituições.” (2003, p. 448). Concordo em parte com o mesmo, uma vez que o retorno do pluripartidarismo, como mudança institucionalizada que foi, ocasionou transformações nas atividades eleitorais a partir de 1988. Contudo, não foi o bastante para causar

---

<sup>37</sup> Maurilo Freitas narra em sua publicação intitulada “História Política de Limoeiro do Norte”, como o próprio autor descreve, acordos e conchavos da política limoeirense, desde as primeiras décadas do século XIX até o ano de 1989. Na publicação, o autor é bastante crítico em relação a elite política limoeirense, além de estabelecer, com uma certa frequência, relações com a política estadual. Disponível em: <<http://maurilofreitas.blogspot.com/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

mudanças antagônicas com a ordem vigente, conservando aqueles que já estavam no poder. Por que isso acontece?

Pode parecer que esses acordos são determinados tão somente dada a conjuntura eleitoral, visto que eles ocorrem no "tempo de eleição"<sup>38</sup>, mas esta determinação estaria vinculada as características desses grupos, que como dirigentes que são, são semelhantes, ou seja, são oposições entre iguais, não apresentam antagonismos sociais, conflitos entre classes, o que torna as conciliações possíveis e perecíveis dada as circunstâncias.

São 28 anos de 1988 a 2016, sendo que claramente ocorreu uma continuação de poder desde 1982, inclusive, com os mesmos dirigentes no aparelho de coerção municipal. Também sabemos que ocorreu uma conciliação entre um poder tradicional representado pelo coronel Manuel de Castro e esses novos sujeitos, logicamente, conservando esse poder ao mesmo tempo que o transformavam conforme as necessidades impostas pelas novas tecnologias e campos de atuação. Somando que Manoel de Castro esteve como dirigente na política limoeirense, pelo menos, desde a vitória de Sabino Roberto para a prefeitura em 1954, pela qual Manuel lutou, será que podemos falar de uma cultura política<sup>39</sup> de conciliação em Limoeiro do Norte? Ao meu ver, é uma pergunta importante, mas que sua resposta requer mais profundidade de análise, impossível para os limites desse artigo, contudo, acredito que o mesmo pode servir como ponto de partida para o estudo da conciliação na cultura política limoeirense.

---

<sup>38</sup> Segundo Rémond (2003, p. 443), “certas situações ampliam o campo do político”. No que confere ao período de campanha eleitoral, presumo que o mesmo proporciona um tempo diferente para a população, um “tempo de eleição”, que, como indica Barreira (1998, p. 12), “torna evidente o que os olhos parecem não ver em tempos normais”. Contudo, esse tempo não deve ser tratado apenas como o período de campanha eleitoral, para os partidários esse tempo começa antes, já no processo de escolha dos componentes para a formação das chapas.

<sup>39</sup> O conceito de cultura política é compreendido aqui como um “[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.” (MOTTA, 2009, p. 21). Concordo com o autor, quando admite a existência de duas maneiras de conceber o conceito de cultura política, uma versão no singular (cultura política nacional) e uma versão no plural (culturas políticas disputando o mesmo espaço público e o controle do Estado). Assim, nesse trabalho, o conceito é discutido pelo seu sentido plural, especificamente pela tendência conciliatória, visível a partir de um conjunto de situações efêmeras, que quando acumuladas durante o tempo, podem revelar elementos arraigados na cultura de um grupo. (MOTTA, 2009, p. 21-22)

## BIBLIOGRAFIA

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de Papéis: Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GADELHA, Ercílio Henrique de Lima. **Emblemas, personagens e partidos políticos: uma cromo política no município de Limoeiro do Norte-CE (2012)**. Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Limoeiro do Norte, 2018, 78 p.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Os "governos das mudanças" (1987 - 1994). In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. p. 409-445.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001. 454 p.

LIMA, Jared de Santiago. **Minhas Lembranças**. Fortaleza: não possui, 2008.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Na Ribeira do Rio das Onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997. 535 p.

MOTA, Aroldo. **História política do Ceará (1966-1987)**. Rio - São Paulo - Fortaleza: Abc Editora, 2008. 262 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Bauru: Edusc, 2009. Cap. 1. p. 13-37.

NUNES, Antônio Pergentino. **Minha Vida... Minha Luta...** Fortaleza: Premium Editora, 1999. 384 p.

RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro; FGV; 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. Introdução: costume e cultura. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-24.